



AVENÇA

VILAVERDENSE

QUINZENÁRIO REGIONALISTA

(Composição e Impressão: Escola Gráfica da Oficina de S. José — BRAGA — Telef. 22654)

VISADO PELA CENSURA

PROPRIEDADE : Nossa Senhora do Alívio	DIRECTOR E EDITOR : Cónego Domingos Peixoto da Costa e Silva	REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO : Padre Severino Pereira Fernandes Telef. 92123—Residência Paroquial de Prado—Braga
--	---	--

O problema da Lavoura

O político é, por definição, o homem que intervém na administração de um Estado. Há, quanto a mim, três espécies de políticos: a dos que são chamados, por imperialismo de circunstâncias excepcionais, à gestão das coisas públicas; a dos que vivem de política como os «souteneurs» vivem de certa classe de mulheres e, ainda, a espécie dos idealistas e dos fanáticos que tudo sacrificam à demo dos seus pensamentos, esbanjando, assim o seu tempo, muitas vezes os seus haveres e até chegando a proceder contra os seus interesses e a dignidade da sua pátria.

Os primeiros ingressam na política e vão, em geral, para os seus cargos, movidos pelo desejo de servir, com a mesma disposição do agricultor que sai, de manhã cedo, para o seu campo com o fim de acudir à sua cultura, procurando regá-la tantas vezes, à folia de água, como o suor do seu corpo.

Esta espécie de políticos é, infelizmente, pouco numerosa, como também o é a dos idealistas os quais a política costuma devorar como Saturno devora os próprios filhos.

Resta a outra espécie, a dos profissionais, a dos que se agarram à política como o carapalho se fixa ao animal e que, segundo as suas conveniências, mudam de cor como o camaleão ou de processos como Proteu mudava de forma. Não nutro grande simpatia pela política e também não posso conceber a androlatria, modernamente chamada culto da personalidade, mas isso não impede de sentir uma admiração sem limites pelo Chefe do nosso Governo, que certamente, nunca desejou deixar a sua cátedra de Coimbra, chamado à política quando a Nação parecia sossobrar, trabalhador sábio e incansável, espírito modesto e

Por A. S. S.

nobre ao mesmo tempo, perliuz e sofredor, que seria considerado o melhor estadista de todos os tempos modernos, se não fosse governante de um país hoje hostilizado por grande parte do mundo apenas porque, sob a égide de tel Chefe e com ingentes sacrifícios, tem buscado manter, com suprema dignidade, a sua posição de nação criadora e dilatadora de civilização, quando outros países, muito mais poderosos, capitulam vergonhosamente, na mesma batalha em que Portugal continua empenhado.

E, porque admiro esse Homem, o que ocorre, sobretudo porque me restituiu o orgulho de ser português, é que foi sempre, com o máximo interesse os seus magistrais lições e é a uma delas que vou reportar-me para, a seguir, me permitir fazer algumas considerações.

(Continua na 2.ª página)

Línguas de Trapos

Por GOTA D'ORVALHO

Sempre que a lingueira afaca a sua vítima, põe à prova o veneno da sua alma. Eis o pensamento com que procurei iniciar estas linhas pobres de literatura, mas que provou a Deus, ricas na finalidade a que se destinam, tampão dessas línguas — retrete de certas criaturinhas que, estourando se não sabem, abrem essa fossa imunda, e com uma língua pôdre vomitam as mais horrendas fezes que um espírito imundo e um corpo depravado escondem mas que só os perversos desconhecem, pois que, por vezes, o senso é tanto que nem sempre sabem dissimular.

É precisamente da boca da «Eva» fentadora, talvez por influência primitiva, que, regra geral, sai esse chorrilho que, no intuito de se elevar a si própria, pobre serpente, desenfia as contas de bogalhos satânicos contra o seu semelhante, sem respeito pelo bom nome, dignidade e honra daqueles cujas virtudes lhe causam inveja.

Essas línguas de fogo e pus, já não se contentam em deitar de rastos esta ou aquela donzela virtuosa, este ou aquele namorado digno, como se atrevem a derrotar a dignidade impecável de um sacerdote, de um Ministro de Cristo daqueles que, graças aos Céus, são o verdadeiro «Sal da terra».

Hipócritas! Línguas de trapos cujo hábito cheira a putrefacção! Estrangeiras, assim lhes chamemos, pois que no País da Santa Igreja essa linguagem não existe! Miseráveis sem vergonha, sem alma, sem temor de Deus! — Refiro-me à «Eva», não porque seja meu intuito defender o «Adão», pois que, sendo da mesma massa, também os há, embora que em menor número, mas com língua de mulheres. Queira desculpar-me a Mulher, essa Mulher de letra maiúscula, essa verdadeira educadora que soube conhecer que não fora criada para ser rodilha, nem para enrodilhar.

Há-as, Deus seja louvado! — que a troca de um copo de vinho, levam à comadre «bisbilhofeira», a mentira degradante que urdiram! Há-as ainda, que, ligam o ouvido satânico através das paredes das casas, para depois completarem frases e sentidos vários, bem diversos daquilo que ouviram. A estas, quereria eu oferecer uma aparelhagem acústica perfeita e um engenho de Radar, nem que custasse milhões, para montarem o seu P. O., mas um P. O. que lhes permitisse, já que têm o mau, o péssimo hábito de escutar, dizer o que viram ou ouviram, sem composição, claro como água, para evitarem o chorrilho de asneiras de toda a espécie ditadas por um cérebro doente, mas com um amplificador de milhões de Volts.

(Continua na 4.ª página)

PALESTRA

É no próximo dia 10, no mesmo local e à hora costumada. Agradecemos a presença de todo o Rev.do Clero.

O Arcipreste

NOVAMENTE "Foguetes... aberrações da repressão policial,"

A propósito de uma carta ao Director

Porto, 10 de Abril de 1962.

Ao Ex.º Sr. Director do Jornal «O Vilaverdense», Prado—Braga

Ao abrigo da Lei da Imprensa, venho rogar que seja publicado no quinzenário que V. Ex.ª dirige o seguinte esclarecimento:

«Da autoria do Rev.º P.º Manuel Gonçalves Diogo, pároco da freguesia de Vila Verde, e a propósito de uma intervenção de serviço efectuada por um elemento da G. N. R., publicado o jornal «O Vilaverdense» um artigo intitulado «Foguetes... aberrações da repressão policial», no qual se fazem afirmações acintosas contra aquele elemento e toda a Corporação e até se incita o público, o que é muito mais grave, à prática de actos

de indisciplina contra as intervenções legais da força pública e a não cooperar em actos políticos, quando, como eleitores, forem chamados a cumprir o seu dever de cidadãos. São dele as seguintes frases: «só nos períodos eleitorais é que se apregoa o mútuo respeito e protecção, daqui e dali, impunemente...»; «Não andemos a brincar com o povo... Pode surgir uma fogueira difícil de apagar»; «não se provoquem lutas de campanário, porque pode vir a crise do badalo». E realmente para lamentar que o autor do artigo em questão, que, pela sua formação devia ser o primeiro a dar provas de civismo no cumprimento de todas as disposições legais, não oriente os seus paroquianos nesta mesma linha de rumo e antes os encaminhe na tortuosa senda da subversão política e social.

A acção da G. N. R. tem sempre, a princípio, um carácter educativo junto daqueles que ignoram as disposições legais. Esta acção educativa exerce-a a G. N. R. com o maior desvelo e carinho e ninguém mais do

(Continua na 2.ª página)

Não era nosso desejo agravar a questão... nós prevenimos.

Prado, 18 de Abril de 1962.

Ex.º Senhor:

Acusamos a recepção do ofício n.º 996 - Proc. E/2, de 10 de Abril de 1962, cuja publicação V. Ex.ª pede ao abrigo da Lei da Imprensa, no nosso quinzenário «O Vilaverdense».

Lido e ponderado o referido ofício, verificámos que V. Ex.ª foi muito mal informado e responde com completa deformação ao que está escrito no artigo «Foguetes... e aberrações da repressão policial», e ainda com manifesta má informação dos factos visados. Também restringe com visão imperfeita o tal artigo à G. N. R., não alcançando e localizando exageradamente o que se escreve e os motivos que levaram o nosso colaborador, Senhor Padre Manuel Gonçalves Diogo, a redigi-lo.

Como se trata dum ilustre Comandante da G. N. R., chamamos a atenção para o facto dessa publicação ter de ser acompanhada com os justos reparos, que, evidentemente, por mais correctos e ponderados que sejam, podem interpretar-se em desprestígio de V. Ex.ª e de alguns membros dessa prestímosa Corporação da G. N. R.

Dada a mentalidade do nosso jornal, que é católico e respeitadora das autoridades, o que implica também o necessário respeito pela verdade, comunicamos a V. Ex.ª que só publicaremos o referido ofício, se V. Ex.ª nos comunicar que insiste nessa publicação, sujeitando-se aos referidos reparos que, sendo verdadeiros, são de justiça e dentro da mesma Lei da Imprensa fazer-se.

A bem da Nação
Pela Redacção,
Padre Severino Pereira Fernandes

Ex.º Senhor Comandante Coronel Adriano Augusto Pires:

Vem V. Ex.ª ao jornal «O Vilaverdense», pedir a publicação, ao abrigo da Lei da Imprensa, de uma carta de refutação ao artigo que publiqui no número 153 do dia 1 de Abril de 1962, «Foguetes... aberrações da repressão policial». Porém, faz tal interpretação disvirtuada desse artigo, emprega termos e faz afirmações, que, dada a qualidade do cargo que exerce, sugeri à Redacção do jornal que lhe oficiasse — ofício que é juntamente publicado — para que ponderasse sobre as conveniências da publicidade com os devidos reparos.

V. Ex.ª em nova carta — que não publicamos com a sua refutação, porque o cargo que exerce nos exige respeito — na mesma linha de orientação, exige a publicação da primeira carta.

Espero não lhe corresponder na maneira de escrever.

Na carta publicada, afirma V. Ex.ª que o visado artigo é «a propósito de uma intervenção de serviço efectuada por um elemento da G. N. R... Mais localiza o facto ou factos em Prado».

Essa concretização, tão categórica, e as afirmações que faz sobre as minhas frases, isolando-as do contexto, dá-me a impressão benigna de que V. Ex.ª ou não leu o artigo, ou a precipitação com que o fez, ou as informações deformadas que talvez tivesse recebido, o levaram a escrever sobre os joelhos — como se costuma dizer — desnaturalizando o que realmente está escrito.

Aplica o articulado à G. N. R., e, concretamente, ao sub-posto de Prado, como quem, numa peça de pano bem longa, corta e enfia um barrete.

(Continua na 2.ª página)

P. Hermenegildo de Araújo Esteves

Depois duma longa doença, suportada com a maior resignação cristã, faleceu em Parada de Gatim, no pas-

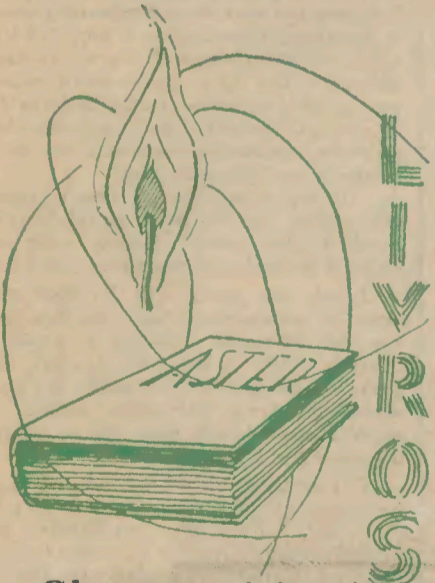


sado dia 23, o Rev.º P.º Hermenegildo de Araújo Esteves, natural de São Paio, Melgaço.

Ordenado Presbítero em 24 de Setembro de 1934, tinha agora 53 anos de idade. Fora Vigário Cooperador de Rouças (Melgaço), paroucou Reboreda, Cerveira e Parada de Gatim, onde faleceu depois de cerca de 22 anos de vida apostólica nesta freguesia.

A sua morte foi muito sentida por todos os seus paroquianos.

O funeral do saudoso extinto realizou-se, com Missa e Ofício no dia 24 pelas 10 horas sob a presidência do Rev.º Arcipreste, Cónego Domingos Peixoto da Costa e Silva, e com notável presença de clero entre o qual, Monsenhor Mosquera, Dr António Francisco Gonçalves e P.º Abel Morais «O Vilaverdense» pede a todos uma prece em sufrágio da sua alma.



Glosas espirituais

por Afonso Hirschgassner

Um livro mais da Colecção Êfeso. É o n.º 52 e contém um conjunto de breves e incisivos comentários sobre a vida diária.

Deus, o homem, a Igreja apresentam-se nesta obra, rica de sugestões, através do marco do viver quotidiano.

A mulher que blasfema de dor, a canção de guerra, a tela de um pintor, a conversa com um amigo, oferecem ao Autor ocasião para tecer considerações verdadeiramente lapidárias sobre os problemas eternos num pano de fundo de sentido puramente episódico.

Nessa sábia ligação, encontrará o leitor muito mais do que um complexo de ensinamentos de realidade: encontrará, sim, um método de aquisição de espírito sobrenatural. Porque o espírito sobrenatural, alimentado pela oração, tem como fim fazer ver Deus, os interesses de Deus, nas coisas que cercam o homem, nos acontecimentos de que participa.

(Continua na 4.ª página)

Conferência Agrícola em Braga

No dia 28, em Braga, no salão das conferências da Biblioteca Pública, foi proferida pelo senhor Engenheiro-agrônomo, Manuel Lopes Cordeiro, uma conferência sobre a Mecanização da Lavoura. Presidiu o senhor Secretário da Agricultura, dr. Mota Campos, e foi comemorativo dos 25 anos da Junta de Colonização Interna.

O nosso jornal esteve lá representado pelo P.º Manuel G. Diogo.

A falta de espaço obriga-nos a deixar para outros números os longos comentários que vamos fazer ao assunto versado e às afirmações do senhor Secretário da Agricultura, que traçam novos rumos à Lavoura.



Prado - Gil Vicente

Na segunda-feira de Páscoa realizou-se no Campo Sousa Lima, em Prado, um desafio amigável entre Prado e Gil Vicente—Barcelos.

A diferença de categoria era grande mas os nossos valentes desportistas bateram-se com garra no desenrolar do jogo e conseguiram chegar ao meio tempo a ganhar por 2-1 bolas.

Na segunda parte os Pradenses lutaram denodadamente mas o Gil Vicente «levou a melhor, conseguindo chegar ao fim a ganhar por 3-2.

(Continua na 4.ª página)

O Problema da Lavoura Foguetes... aberrações da repressão policial

(Continuação da primeira página)

O Sr. Presidente do Conselho, no fim da última guerra disse, num discurso, ao querer referir-se à reativa suficiência de que o país disfrutou durante o conflito, que «o lavrador tinha feito milagres, que até parecia que a terra tinha andares». Se as palavras não foram bem estas, foi este o sentido da parte do discurso que guardei de memória. Pretendia Sua Excelência agradecer, de tal sorte, à lavoura, o seu esforço e ajuda na resolução dos gravíssimos problemas da época.

Como toda a gente sabe (e só o não sabe quem não quer saber) a Lavoura é, desde há muito para não dizer desde sempre, o mais espinhoso problema nacional. País que somente desde há pouco caminha, e ainda a passo incerto, na senda do desenvolvimento industrial, povo que, por determinismo histórico e geográfico deixou muitas das suas vidas mais capazes e com elas muitos dos seus recursos pelos pontos variados do globo onde foi o primeiro a chegar e a estabelecer a civilização e que apenas desde o segundo quartel do século actual, começou a trabalhar para o engrandecimento puramente português, tem esse povo a maior parte do seu todo a viver da exploração do solo. Tal exploração, porém, especialmente, nas regiões do Norte, onde, devido à densidade demográfica, a propriedade se encontra muito relapsa, é feita pelos processos mais primitivos por serem impraticáveis, ali, os modernos meios de cultura. É impraticáveis por quê?

Em primeiro lugar, por causa da excessiva divisão da propriedade e, depois porque a fatura da terra está a cargo de rendeiros, massa anónima de servos da gleba, absolutamente desprovidos de recursos para uma lavoura capaz, gente que, muitas vezes, em quintas que melhor seria chamar quintais, é forçada a uma pluricultura que, ao fim e ao cabo, não dá para o pagamento da renda e é por isso que se vulgar se vêem, na altura do fim do ano agrícola, pelos Santos, nos caminhos das povoações minholas, os arcaicos carros de bois a transportarem as míseras alfaias do caseiro que foi despedido e que, além da carga do seu carro, nada mais leva de seu senão o corpo descarnado pois, bastas vezes, até o gado lhe não pertence.

Pobre costa de nómadas à força, dentro da sua própria terra a que tanto desejam fixar-se! Mas não é somente o caseiro a ser sacrificado com a situação da lavoura. É ele e com ele todos os trabalhadores agrícolas quem carrega a pesada cruz; todavia há ainda um Cireneu que, a bem ou a mal, tem de ajudar no sacrifício e esse é o proprietário.

Quando eclodiu a segunda guerra mundial eu era lavrador, em Braga, tendo deixado outras actividades, ao tempo mais lucrativas, mas que não me pareciam tão poéticas como o contacto com a terra mãe.

Georges Washington, depois de ter chefiado a luta pela independência dos Estados Unidos e presidido ao governo dessa nação, foi dedicar-se ao cultivo das suas propriedades e o nosso Herkulano, desiludido, das coisas mundanas, passou os seus últimos dias na assistência ao omeu da sua quinta de Val de Lobos.

Eu, sem ter descido das alturas em que linham vivido essas personagens, comeci, um dia, a sonhar com prados viridentes, com mi heróis de anafadas espigas, com vinhedos plenos de formosos cachos, com laranjeis semelhantes àquelas das Hespérides que levaram Hercules à prática de uma das suas façanhas, com nédios rebanhos e opulentas capoeiras e também a presumir que, com o regresso à terra que, de pequenino havia deixado, iria encontrar no odor do sólo lavado, na prodigiosa transformação que se opera entre a sementeira e a colheita, enfim na diversidade dos encantos que o agro nos oferece, a recuperação de uma saúde mental e física que muitas andanças pelo mundo tinham comprometido. Tinha lido a lenda de Anteu e supunha que bastaria voltar à terra para reaver a minha primitiva capacidade.

Adquiri, embora com sacrifício, uma quinta situada num dos belos pontos desse Minho fascinate, ainda dentro dos muros da velusta mas sempre moça Braga, tendo em frente o panorama magnífico do Senhor do Monte, do Samelro e da Falperre. Levado pelo meu entusiasmo paquei-a por preço exagerado pois encontrava-se um tanto abandonada e, depois, meli-me em trabalhos, fiz e renovei latedes, abril poços, procedi a constru-

ção de casas e cortes mas, depois de uns anos de fabrico da quinta, verifiquei que este não passava de uma se-reia tentadora e perigosa a que eu, menos prudente que Ulisses, não soubera resistir. A terra estava filoxerada e a produção do vinho regredia sempre.

As despesas da exploração mal eram cobertas pelo produto de meia dúzia de carros de milho e de idêntico número de pipas de vinho que colhia mas o pior foi quando começaram a chegar os avisos das contribuições que pesavam sobre aquela quinta de pouco mais de dois hectares e que eram, nos últimos anos de minha posse, de mais de quatro mil escudos!

Pensando melhorar a situação, aluguei a propriedade exigindo uma renda que eu próprio reconhecia exorbitante mas que os caseiros aceitavam sempre porque, nessa região tão airante quanto desprovida de possibilidades, onde há-de tanta gente encontrar aplicação das suas actividades senão na terra?

Mesmo assim, o meu lucro era ínfimo e, agora com um caseiro, depois com outro e outro, conservei a propriedade durante vinte anos, tempo suficiente para ver desfalcados os meus cabedais e também para me tornar conhecedor do que é, em geral, a lavoura minhota. A minha quinta era uma vaca mal nutrida que tinha de aleitar três crias: A Fazenda que, devido a um valor matricial absurdo e a um fóro que só numa décima parte incidia sobre mim mas que eu pagava na totalidade lá que a destrinça se me afigurava tarefa superior às minhas forças por causa das peias burocráticas, cobrava conjuntamente com outras entidades (Câmara, Grémio, etc.) mais de metade do rendimento; os caseiros com a sua prole (o lavrador minhoto não adopta o mel-thusianismo) que não podiam morrer de fome e, finalmente, eu que tinha direito a um rendimento qualquer das centenas de contos que ali havia investido. Como as contribuições e outros ónus eram irremissíveis e os caseiros, como os burros de carga, só iam até onde podiam, nada restava senão reconhecer o meu malogro naquele empreendimento. Encontrei a solução do problema na venda da propriedade para nela se instalar, uma indústria. Deixei a lavoura do Minho na qual somente live, durante vinte anos, trabalhos, contrariedades e prejuizos mas, mesmo assim, ainda hoje, vivendo a 100 quilómetros de distância, conservo grande saudade não só da terra como desses agricultores, humildes e resignados, muitas vezes carecidos até do pão que produziram, gente que faz o sinal da cruz ao começar as suas lavouras, não sabe o que é revolta e que eu olhando o ditado: diz-me com quem andas dir-te-ei quem és, comperava, quando ao seu procedimento, ao gado com que lidam nas suas jainas, àqueles animais pacientes e esforçados que nos dão as suas crias, o seu leite, o seu trabalho tão útil, a sua carne e até o seu couro e os seus ossos, pois tudo utilizamos e que, por nos serem tão preciosos, têm por prêmio, na vida, unicamente o aguilhão!

Têm os hindús, pelo menos, a virtude de considerarem sagrados esses animais os quais os lavradores imitam, sujeitando-se ao sacrifício de toda a sua vida e ao aguilhão de todos os abandonos. Muito se tem dito e escrito, ultimamente, sobre a situação da lavoura e a Assembleia Nacional votou, nas suas últimas sessões, novas leis reativas a tão palpitante problema. Não sei o que, em definitivo, ficou resolvido mas considero que, pelo menos quanto ao sector minhoto da agricultura, tal problema é de difícil solução. No minho, como já foi dito e é notório, a propriedade encontra-se muito fraccionada e também acontece que, por se tratar de uma região de natureza privilegiada, há muita gente que deseja ter, ali, a sua quinta e grande parte levada a isso por mero dilettantismo.

Este é um factor do encarecimento da propriedade como outro factor é a necessidade de a envolver daltos muros, talvez, por vezes, tão caros como o terreno que cercam. Esta defesa é imperiosa visto que há por ali, também muita gente que, levada pela pobreza ou por falta de educação, entende que «quando Deus dá é para todos» e, assim, são subtraídos ao seu produtor ou dono muitas espigas dos campos, muitos cachos das latadas e muitas árvores das bouças. Ora considerando que a maior produção da lavoura do norte consiste em vinho e milho, o primeiro género muito contingente por só se vender bem quando há pouco, o segundo sem um preço remunerador,

dedas as condições obsoletas da sua cultura, somos forçados a reconhecer que esta actividade tem de errastar uma existência de penúria, sendo nefasto para o trabalhador por lhe recusar os mínimos meios de subsistência e impróprio para o proprietário por não lhe conceder um rendimento razoável nem coisa que se pareça.

O mal atingiu, agora, a sua acuidade e a prova disso apresenta-se no êxodo dos trabalhadores que procuram desler a terra e até do país com o mesmo arrojio, o mesmo desespero com que os alemães orientais procuram ultrapassar o chamado muro da vergonha que divide Berlim.

É comum verem-se nos jornais, notícias da prisão, em França, de portugueses indocumentados que daqui fogem, expostos a perigos, em busca doutras terras onde possam viver. Fogem em busca da almejada Censã, não dum país estranho e opressor, mas da própria terra onde nasceram e onde a sobrevivência lhes é negada.

Ainda hoje, dia 8 de Abril leio que, ontem, só em um navio e, por sinal estrangeiro, foram para o Brasil 726 emigrantes portugueses, o maior contingente dos últimos anos, como frisava o jornal em que li a notícia.

É certo que o país está a enfrentar tremendos problemas mas se a Índia e Angola são Portugal, o minho também o é tanto mais que foi, nesse rincão, que a Nação começou!

Há qualquer coisa que não está bem! Os que se exilam, tantas vezes para não voltarem à pátria que lhes foi medrada, são na sua grande maioria, gente do campo e, em face desta desoladora realidade, lembro-me das palavras do Sr. Presidente do Conselho, elrãs mencionadas.

Sua Excelência, reconhecendo que «o lavrador fez milagres», lembrou ao país o que este ficou a dever aos humildes obreiros da terra, verdadeiros sustentáculos da economia nacional.

E de modo se agradeceu ou agradece a tal gente que, não apenas no período da guerra, mas sempre, num esforço diuturno, só com as armas primitivas de que se serve, a sua enxada e o seu arado e, como únicos auxiliares os seus bois, nos dias gelidos do inverno ou sob o sol escaldante do estio, sem horário de trabalho, sem assistência eficaz, continua a fazer o milagre de extrair da terra tudo quanto pode em benefício da comunidade?

Todos sabem que ao homem do campo nada foi concedido e que só a miséria o espera quando já não pode mais trabalhar.

Não estou do lado dos facciosos, dos mal intencionados que atribuem a quem governa a culpa de todos os males. Este problema da lavoura é transcendente, não pode ser resolvido por um simples decreto nem o Governo é um «Deus ex machina» para, assim, o solucionar. É um problema que interessa a toda a nação e é preciso que toda ela contribua para a melhoria deste estado de coisas.

Quanto ao Governo, talvez isentando de contribuições a propriedade de baixa capacidade e até indo, em certos casos, ao subsídio para o seu amanho e, também, estabelecendo salários mínimos e abono como acontece com outras classes, protegendo, enfim o trabalhador rural, de todas as formas possíveis mas tendo em conta que o dono da terra ou aquele que, no seu lugar, a explora, precisa de vender, por preço justo, os seus produtos. Aqueles que, por exemplo, acham que o milho não pode encarecer, alegando que seria possível obtê-lo mais barato no estrangeiro, que se lembrem de que estão na América, na Inglaterra e noutras partes operários a ganhar dez vezes mais do que ganha o trabalhador português na produção de artigos tantos deles volutários e supérfluos que Portugal importa, alguns em excessiva quantidade para satisfação ou dilettantismo de certas classes bem instaladas na vida que não vivendo da terra ignoram ou procuram ignorar a situação da lavoura portuguesa.

Senhores! É preciso dar remédio a isto, do contrário, este abençoado sólo português, regado há quase mil anos pelo suor de tantas gerações, onde nasceram e se criaram heróis e missionários que fizeram o mundo maior, ficará em breve, inculco e abandonado e «o jardim da Europa à beira mar plantado» ficará apenas limitado a uma dúzia de canteiros turísticos à espera das espóritulas de estrangeiros viciantes, curiosos ou ociosos.

Anunciai e assinaí "O Vilaverdense"



C. J. Chambers
Torre de Penagate
S. Miguel de Carreiras

Compro selos usados em quantidade ou envelopes c/ os selos colados.

Sómente interessam selos vulgares, nacionais ultramarinos e estrangeiros. Selos caros não compro

Ex.mo Senhor Director do Jornal "O Vilaverdense", -Prado

(Continuação da primeira página)

que ela deseja que a isso se limite a sua actividade. Porém, a vida em sociedade, que nos deve fazer pensar mais nos nossos deveres do que nos nossos direitos, impõe a repressão daqueles que, embora prevenidos, atentam contra a segurança das pessoas e bens e cometem toda a sorte de transgressões na convicção de que as leis se fizeram apenas para alguns.

Mas, se à G. N. R. compete educar, que diremos do Sacerdote? A este mais do que a ninguém se exige que incuta no espírito e inunde a alma dos seus paroquianos com a maravilhosa doutrina do Evangelho.

Diga o autor aos seus paroquianos que não devem fazer aos outros o que não desejam para si próprios, que cuidem mais dos seus deveres do que dos seus direitos e prestará um grande serviço à sociedade e nós, os da G. N. R., lhe agradeceremos também pelo muito que facilitará a nossa acção.

Deu motivo ao artigo publicado o seguinte facto:

No dia 17 de Março findo, o Rev.º Padre Severino Pereira Fernandes, pároco de Prado (Santa Maria), comunicou ao Comandante do Sub-posto ali instalado que, no dia seguinte, efectuará uma procissão da Igreja Matriz para a cripta da nova Igreja, em construção, onde seria celebrada missa. Pretendendo por isso, deitar 3 dúzias de foguetes, pedia autorização para o seu lançamento sem requerer a respectiva licença.

O Comandante do Sub-posto informou-o de que não tinha concessão e só não interviria desde que o Sr. Presidente da Câmara lhe passasse uma autorização por escrito para queimar foguetes, autorização essa que não chegou a conseguir.

Relatou-lhe, ainda, o Comandante do Sub-posto, um caso ocorrido recentemente na freguesia de Moure, área do seu Sub-posto, também com o lançamento de foguetes sem licença, do que resultou o Rev. Padre Mário ter sido autuado pela P. S. P. de Braga, em virtude de ter dado entrada no Hospital desta cidade um menor com 3 dedos esfacelados por causa de uma bomba de foguete que lhe rebentara nas mãos, acidente que também foi participado ao Tribunal para as indevidas indemnizações.

(Continua na quarta página)

Ex.mo Sr. Coronel Adriano Augusto Pires

Bem sei que não sou chamado a «meter foice em seara alheia». Mas, em virtude de V. Ex.ª falar no meu nome (não sei a que propósito trás o assunto a público!), também tenho de prestar, embora sucintamente, alguns esclarecimentos sobre o que diz respeito a Prado no officio publicado acima.

É verdade que foram lançadas 3 dúzias de foguetes. Não é verdade, porém, que o motivo porque não tirei licença fosse o de não assinar um termo de responsabilidade, pois dias antes estivera eu com o Senhor Presidente da Câmara a falar-lhe nisso mesmo e dele trouxe a resolução de participar ao Comando do Subposto de Prado o que a Ex.ma Câmara pensa a va sobre o caso. E se me permite, também digo a V. Ex.ª que não é verdade ter-me dirigido ao Subposto referido para lhe pedir autorização para o lançamento de foguetes, pois há muito que sei não estar isso dentro da esfera da sua competência.

A minha atitude tomada justificava-se apenas porque não concordava que fosse preciso a Comissão Fabriqueira tirar licença para anunciar as suas festividades estritamente religiosas, como foi o caso.

Por que se deita fogo em todo o norte de Portugal nas festas religiosas e só em Prado, Senhor Coronel, só em Prado é que se multa?

(Continua na quarta página)

Ex.mo Senhor Comandante Coronel Adriano Augusto Pires

(Continuação da primeira página)

Não desconheço que, entre as autoridades policiais, há muitos regedores, zeladores camarários, corpos da polícia, etc. É interessante que alguns leitores, referindo-se ao meu artigo, julgavam que eu queria visar determinados aumentos feitos pelos zeladores, muito bem, não só pela expressa proção do Senhor Governador Civil, mas ainda porque as manifestações públicas festivas só poderiam ter lugar em inconscientes, quando a alma portuguesa sangrava.

Mas, porque citei um aumento feito em Prado, V. Ex.ª atria toda a venciência do artigo para aí. Não se esqueça de que o Rio Cávado também passa em Prado, mas não fica lá.

Desconheço o que se passou no distrito de Viana do Castelo; as lutas que se travaram por causa das tais aberrações policiais, que acabaram por envolver as mais altas Autoridades Eclesiásticas e Civis, antes das últimas eleições presidenciais?

Não leu no meu artigo a referência feita ao aumento de um Párco, porque se viu pública com uma proclamação sem uma pretensa licença policial? Sabe muito bem, ou, se não sabe, deveria informar-se de que, para já, tal facto não se passou em Prado.

No meu artigo, há uma preocupação mais lata, que deveria merecer melhor compreensão. É evitar que se deixem seguir os acontecimentos, até só se lembrarem de Santa Bárbara quando trovaja. É fazer uma revisão cuidadosa desses regulamentos ou leis que se prestam a más interpretações.

Mas vamos então a Prado, e onde de relance. Deitam-se ou não foguetes por esse norte de Portugal, nas festividades religiosas e cívicas, sem qualquer licença? Por que só se autua em Prado e nas festividades religiosas? Foi exigida alguma licença ou fez-se qualquer aumento nos foguetes lançados em Prado — e agora tão chorados não só pelo povo, mas mesmo pelos mais entusiastas — na criação e festa de inauguração do Subposto da G. N. R.?

Existem ou não selões paroquiais, às centenas, por esse Portugal fora, que a Procuradoria Geral da Republica, em seu douto parecer, considerou como anexos das Igrejas, quer estejam ou não ligados a esses edifícios?

Pode ou não a Igreja Católica, à face da Concordata, cobrar de quem entra na Igreja ou nos seus anexos, para actos do culto, ou festas formativas receitas pecuniárias ou de qualquer outra forma, ou precisa de pedir licenças, requisitar a G. N. R. e pagar impostos?

Como é que só em Prado se quer aplicar ao Salão Paroquial, nas suas festas da família cristã paroquial ou intra-paroquial a lei ou leis que o legislador fez promulgar para os Coléus dos Recreios, Sá de Bundeira, Trindade, Teatro Circo e seus congéneres?

Não julgue que queremos excepção à lei por se tratar de entidades religiosas. A natureza, reconhecida à face das leis vigentes, das instituições, é que orienta a aplicação das leis. Assim não invocamos privilégios para o Teatro S. Geraldo de Braga, para os seus espectáculos públicos, apesar de pertencer em propriedade a entidade religiosa.

Nós repudiamos as atitudes de excepção que se querem fazer prevalecer em Prado e, em casos isolados, nesta ou naquela terroela, e os acintes ao clero.

Quanto ao povo, que V. Ex.ª nos acusa de encaminhar «nas tortuosas sendas da subversão política e social», deveria estar informado do que ele pensa dessas atitudes policiais. É costume chamar-se subversão política e social a quem brada para que se arripe de caminhos tortuosos.

O zelo pelo espírito da lei, tão exuberantemente manifestado no comando de Prado, pode V. Ex.ª verificá-lo num documento civil que se encontra arquivado no Cartório paroquial de Prado, onde está a sede deste jornal. É que, às vezes, o zelo é só para atingir os outros.

Está mal informado V. Ex.ª: o Padre Severino Perels Fernandes nunca foi Pároco de Prado, mas sim Coadjuutor.

Está mal informado V. Ex.ª: sobre o Padre Mário, de Moure, correu de facto uma inquirição no Tribunal, para averiguar da possível responsabilidade dos foguetes lançados em Moure num sinistro que se deu em Braga. Mas que, antes de V. Ex.ª escrever a sua carta, já estava arquivado o processo pelo Ministério Público.

Que lhe havemos de fazer, vem-se assim a público, à imprensa, em que os julgadores são muita gente livre do espírito de facção, e, mesmo prevenido, não se tomam as devidas cautelas!

Vamos às frases subversivas. V. Ex.ª isola-as do contexto e depois dá não só caprichosas interpretações, mas vai mais longe. Altera as frases que cita como sendo minhas do tal artigo.

Isso vem provar mais a ideia que eu fiz de que V. Ex.ª não leu o meu artigo, mas que se limitou a escrever em deturpações que lhe enviaram. Esta é a mais benigna interpretação que lhe posso fazer, ou então leu e escreveu precipitadamente sobre os joelhos.

(Continua na quarta página)

Casa Claro

- DE -

Paulo de Sousa Claro
Fábrica e depósito de velas de cêra e artigos de apicultura

Rua D. Diogo de Sousa, 100
TELEFONE, 22305 BRAGA



o melhor café é o d'ABrazileira

- DE -

Mário Joaquim de Queirós & C.ª

TELEFONE, 22013 BRAGA

Pastelaria BAR VILAVERDENSE

Fabrico esmerado de doce de todas as qualidades
Serviço de Casamentos, Baptizados e Homenagens
Vinhos de mesa, finos e espumantes, refrigerantes
a preços excepcionais — Café especial

Em Vila Verde, não deixe de visitar a PASTELARIA

PORTELA DO VADE

Já regressou à faina da pesca do bacalhau o nosso conterrâneo Sr. José Antunes Dias como capitão do vapor «Capitão Ferreira», não lhe sendo possível passar aqui a festa da Páscoa, pois embarcou na semana anterior.

Visita Pascal — Correu na melhor ordem a nossa Visita Pascal, tradicionalmente feita na segunda feira de Páscoa. O mordomo deste ano, Sr. José Meneses de Castro, empregou todos os cuidados para ser feita com o máximo brilho, foi abrilhantada com uma banda de música que acompanhou a Cruz em todo o percurso.

Estrada de Aboim — Já começaram

os trabalhos para a abertura desta estrada, 3ª fase, e empedramento a cascalho dos dois troços de estrada já abertos. Alegre-se pois o povo de Aboim que dentro em breve estará a estrada no centro da freguesia

Electrificação — Já começaram também os trabalhos pelo empreiteiro sr. Neves que tomou a seu cargo o estabelecimento da rede eléctrica na nossa freguesia, tendo andado a marcar os locais para a colocação dos postes para as linhas.

Mostra-se o sr. Neves muito amado, desde que começou o trabalho a leva-lo até ao fim o mais breve possível.—C.

Sala de Chá

Todas as qualidades de doce

Esmerado serviço de casamento e Festas de todas as espécies

DUÇARIA

LUSITANA

Rua Francisco Sanches,
119-127 Tel. 23300

e Jardim de S.ta Bárbara

BRAGA

Fábrica de Bordados Regionais

DE

Maria Helena Dantas

Variedade de Linhos: — Toalhas de Mesa em todas as medidas.

Jogos à americana: — Tabuleiros, sacas, guardanapos, etc.

Ainda um grande sortido em puchados e em perlé, e bordados regionais

LUGAR DA PONTE — Prado Telef. 92147 BRAGA

A COMERCIAL DE PRADO

— DE —

Fernando Duarte Pedroso

Agente da Companhia de Seguros «Tranquilidade»

Azeites, Mercaria, Vinhos, Refrigerantes, Ferragens, adubos

e Metais de Construção

Revendedor de BUTAGAZ e produtos SHEL

Vila Verde

TELEFONE, 92115

PRADO

O Rancho Folclórico de Vila Verde foi à Televisão

O nome do Rancho Folclórico de Vila Verde começa a difundir-se como um organismo de boa folclore, típico, castiço intérprete, por gente do campo das nossas tradicionais danças e cantares.

E, por isso mesmo, foi convidado a fazer uma exibição na Televisão Portuguesa, na transmissão do Porto, no dia 1 de Maio, no programa «Poesia, canto e dança», das 19,45 às 20,05.

Abriu o programa o ilustre escritor e poeta Pedro Homem de Melo, que tem costelas de Braguês e de Vila Verde, Recitou uma sua poesia, que escreveu à velha cadeia de Vila Verde: «Cadeia de Vila Verde, amaldiçoada sejas tu....»

Descreveu as características dos cantares e danças de Vila Verde, ligados à velha Braga, ao alto Minho, à Galiza, como um elo de ligação do médio Minho.

A seguir começou a exibição. Tudo correu como se esperava.

Caras de lavradores típicos, lindas lavradeiras, dançavam como nas festas dos seus campos, as suas cantigas e as suas danças.

A tocata de cavaquinhos, bombos, armonicás, etc. estava bem à altura.

Fechou a exibição Pedro Homem de Melo, com palavras de merecido louvor, recitando uma poesia sua ao soldado que vai para África, com alusões a Braga e Vila Verde.

Parabéns ao Grupo Folclórico de Vila Verde, que faz parte da Sociedade de Educação e Recreio, aos seus componentes e dirigentes,

especialmente ao senhor Mário Mendes Galinha, que foi a alma criadora e formadora de tão interessante instituição, que também tem primado, até hoje, pelo seu apuro moral.

Festa da Páscoa em Vila Verde

Foi brilhantíssima a Festa da Visita Pascal, em Vila Verde, depois das cerimónias da Semana Santa na Igreja Paroquial, especialmente da sumptuosa vigília pascal, a que assistiu uma multidão de povo, que não cabia dentro da igreja.

Foi a visita acompanhada pela Banda Musical de Vila Verde, que está um primor.

Estão de parabéns os mordomos da festa pelo brilho que souberam dar e pelo seu espírito de sacrifício, para manter a mais bela tradição desta terra.

Foram mordomos Alvaro Gomes, de Quintas; Adelino Augusto Lobo e António Faria, do Campo da Feira; e João Coelho, do Monte de Baixo.

No próximo ano serão mordomos os senhores: Bento Martins, de Cajide; Francisco Cerqueira, do Monte de Baixo; e António Augusto da Costa, do lugar do Monte de Cima.

«O Vilaverdense»

Encontra-se à venda:

Em Prado:

Na residência paroquial, onde se tratam todos os assuntos referentes à sua Administração e Redacção.

Em Vila Verde:

Na Livraria Rainha.

Em Braga:

Na Tabacaria do Café Sporting.

CORRESPONDÊNCIAS

Cabanelas

Festa da Páscoa—Com grande alegria e brihantismo, decorreram na nossa freguesia, as festas da Páscoa. A visita pascal principiou no Domingo às 7 e meia da manhã, percorrendo os lugares de Aldeia, Santa, Muda, Artuzelo e S. Gens sendo a última casa a do mordomo sr. Manuel Fernandes de Oliveira do lugar de Aldeia, onde foi servido um copo de água em que estavam presentes além da família, muitas pessoas das mais diversas categorias. Em seguida, a cruz recolheu à Igreja Paroquial, entre cânticos à Virgem Maria e a Jesus ressuscitado. Na segunda continuou a visita, percorrendo os lugares de Gaião, Couchada, Igreja, Barreiras, Trás-Outeiro e Monte vindo terminar à casa do mordomo sr. António Fernandes Gomes. Ai Jesus ressuscitado foi recebido num ambiente de grande alegria, enquanto o Rev. Pároco e os mordomos caminhavam sobre um lindo tapete de sermim, artisticamente trabalhado por um grupo de rapazes ao mesmo tempo que subiam ao ar grandes girândolas de fogo enquanto se dava início a um alegre beberete em que estavam presentes muitas pessoas das mais diversas categorias sociais. Em seguida a cruz recolheu à Igreja Paroquial, entre cânticos a Jesus ressuscitado.

Futebol — Realizou-se há dias um encontro de futebol entre as equipas do S. C. Cabanelas e o grupo desportivo da Graça, terminando o encontro com um empate a 3-3.

— Nesta quadra festiva não podemos esquecer o nosso amigo e assinante sr. Manuel Penedo que se encontra na América do Norte, a quem desejamos as maiores felicidades.—C.

Freiriz

Com o nome de Maria Lúcia, foi baptizada uma filha do nosso assinante sr. Francisco Correia e de Izabel da Costa. Foram padrinhos José da Costa e Maria Deolinda da Silva Azevedo.

— Com o nome de Maria, uma filha de João da Costa e Custódia

Rodrigues do lugar do Ninho. Foram padrinhos José Alves Correia e Maria Rodrigues.

— Com o nome de Maria Gabriela, uma filha do nosso assinante sr. Abel Pereira e Irene Oliveira Barbosa. Foi madrinha Maria Virgínia Oliveira Pereira.

— Com o nome de João um filho de Manuel da Silva e Rosa Lopes Fernandes. Foram padrinhos João Alves da Silva e Maria Joaquina Lopes da Silva.

— E com o nome de Maria uma filha de Bernardino Rodrigues Morães e Maria da Conceição Rodrigues Morães.

— Por motivo de retirada para o Brasil estão à venda todas as propriedades de Matilde Duarte Azevedo, do lugar do Vale.

— Têm frequentado o curso de catequistas, em Prado, com muito proveito, as catequistas desta freguesia: Maria de Fátima Peixoto Oliveira, Rosa Martins, Conceição Moreira Fernandes, Alcinda Correia de Oliveira e Rosa Barbosa Gonçalves

— As festas da Páscoa em que foram mordomos os srs. António Gonçalves Soutinho e José Carvalho correram muito bem.

— O grupo cénico da terra, parece que se prepara para levar ao palco a peça «Rainha Santa Isabel de Portugal» e o «Papaio de Germias».

— Nos dias 23, 24 e 25 de Abril esteve aqui uma brigada do Rádio rastreio, foram muitas as pessoas que aproveitaram a ocasião para tirar uma radiografia gratuitamente.

— Depois de longa ausência já se encontra de novo entre nós a Senhora D. Maria do Carmo Monteiro.—C.

Soutelo

Dr. Juiz — João Arantes Rodrigues — Das suas propriedades de Soutelo, onde passou a Páscoa com a família, partiu para Lisboa, acompanhado de sua esposa, o Sr. Dr. Juiz João Arantes Rodrigues, chefe do gabinete do Sr. Ministro das Finanças.

Por mais alguns dias, deixam com seus avós, a menina Maria do Carmo e seu irmãozinho, João Manuel.

Visita Pascal — Efectuou-se nesta freguesia a Visita Pascal. Não nos consta que tivesse havido o mais insignificante

acto de desgosto. Tudo correu na melhor ordem e alegria, tanto da parte dos componentes do compasso, como da dos paroquianos.

Uma banda de música acompanhou a visita, sentido-se sempre em todos os rostos a satisfação da Aleluia.—C.

Escariz (S. Martinho)

Estão a correr com grande entusiasmo as obras de restauração da capela-mor da igreja paroquial.

Só o baldaquino para o Sacrário custa 4 000\$00 oferecido pelo sr. José da Silva, que há pouco tempo veio do Canadá fazer uma rápida visita à sua terra natal e já regressou de novo. A este nosso assinante de «O Vilaverdense» toda a sua freguesia reconhecida da-lhe o seu muito obrigado.

A Tribuna vai ser toda dourada e o teto deitado de novo. Agora resta-nos lançar um apelo a toda a boa gente desta freguesia para que siga imediatamente a restauração de todo o corpo da igreja, pois dará um aspecto muito esquisito a quem lá entrar ver metade nova e metade velha. Com um pouco de esforço e generosidade de todos, São Martinho terá dentro em breve uma das mais lindas igrejas das redondezas. Não paremos a meio, mas levemos as coisas até ao fim.

— Na casa do seu genro José da Costa Barros, faleceu a s.ra Rosa de Azevedo.

Paz à sua alma e pêsames à família.

— Recebeu o Santo Baptismo mais um filhinho de Silvestre de Oliveira e Maria Rosa Peta.—C.

Baptizado na Família Bessa

No dia 29 de Abril, no Porto, foi baptizada a menina Maria Paula, filho da senhora Maria de Lurdes Pereira Bessa e de Luís Ribeiro Guimarães Bessa, a primeira neta do saudosa grande amigo de Vila Verde, senhor Luís Bessa e de D. Julieta Guimarães Bessa

Foram padrinhos seus tios D. Julieta Ribeiro Guimarães Bessa e o dr. Mário Machado.

À linda Maria Paula desejamos-lhe um futuro cheio de felicidades e bençãos de Deus, e felicitamos os felizes pais.

QUEM MELHOR ESCOLHE
MAIS



POUPA E MAIS COLHE

SR. VITICULTOR:

A TEMPO E A HORAS

E USANDO O MELHOR ENXOFRE OBTERRÁ

MAIS E MELHORES UVAS
MAIS E MELHORES VINHOS

O NOVO

enxofre aderente CUF

POR SER UM PÓ EXTREMAMENTE FINO

QUALIDADE
É SEMPRE
O QUE
VENDEMOS



ACTUA COM TODA A EFICÁCIA
E RAPIDEZ IMPEDINDO OU
ATALHANDO OS EFEITOS DO
OÍDIO OU CINZEIRO

PARA TODOS OS ESCLARECIMENTOS DIRIJA-SE AOS NOSSOS

SERVIÇOS AGRONÓMICOS — COMPANHIA UNIÃO FABRIL

